

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

discutir o sujeito patologizado e a patologização dos processos educativos, optamos por versar sobre a história da normalidade e a concepção moderna de ciência e sujeito da normalidade.

Canguilhem (2009) inicia sua obra “O normal e o patológico”, traçando uma historicidade ontológica versus a dinâmica da patologia, na cultura ocidental, pensando criticamente sobre a epistemologia do normal e o patológico. Se por um lado a modernidade demanda uma terapêutica pela ontologia da doença, a medicina grega não tratava da concepção ontológica isolada em si, mas sim, de uma relação dinâmica e coletiva do que é o patológico. A natureza (physis) é harmônica e equilibrada, e a doença é aquilo capaz de desarmonizar e desequilibrar essa ordem natural. O homem, sendo parte da natureza, integra esse todo, ou seja, o normal e o patológico fazem parte desse organismo, tal qual os seus processos de adoecimento e cura. Existe aqui, uma clara distinção entre saúde e doença, assim como entre normal e o patológico. A compreensão filosófica moderna, sobre a razão do normal e do patológico, define concepções dialéticas da norma e do erro, apresentando-nos os limites e traçados do que se compreende como o estranho ou “o Outro (a patologia, a loucura, etc.)” (SAFATLE, 2011, p. 14).

Na histórica discussão sobre o normal e o não normal, convencionou-se a chamar o desvio do padrão de: anormalidade; uma forma de existência que precisou resistir aos avanços científicos, intelectuais e culturais, visto que o anormal é tratado como o desvio da curva, um sujeito desassujeitado, impedido do desejo e, comumente, adoecido e patologizado. Nesse sentido, Freud (1900) apontava para as relações entre sonhos e doenças mentais, sob a via das interpretações da chamada psicopatologia do sonho. Para muitos pensadores da época, essa seria a condição de síntese para a vida onírica; uma complexa loucura histérica, perversa ou psicótica. Em contraponto, o estado de vigília apresentaria uma frágil normalidade neurótica, nesse sentido “a vida onírica contém os sintomas patológicos” (FREUD, 1900/2019, p. 113). Assim, como podemos pensar, cientificamente, o sujeito da educação: estamos tratando de um sujeito patologizado ou de um sujeito patológico?

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Lacan, em resposta à dicotomia entre ciência e psicanálise, afirmava a existência do sujeito produzido, discursivamente, como fruto do desejo e da ciência moderna. Esse sujeito encontra na teoria do inconsciente um retorno para sua casa, desse laço faltante, percebe-se que “há certamente desconexão do discurso científico em relação às condições do discurso do inconsciente” (LACAN, 1964/1988, p. 152). Na intenção de compreender o que é da ordem do humano, filosofia e a ciência, ao longo da história moderna, buscaram categorizar características que definem uma determinada noção de sujeito. Esse sujeito, construído historicamente pelo discurso científico-filosófico, encontra-se determinado por condições sociais, culturais, políticas e econômicas, as quais corroboram a construção paradigmática dos saberes científicos e suas teorias do conhecimento.

A necessidade imposta por uma categorização formal e absolutista, abre espaço para questionar, como são tratados os sujeitos que, não estão regulamentados, pelos padrões matemáticos e comparativos das demandas sociais, culturais e econômicas do *status quo*? O discurso de patologização dos corpos apresenta-se como uma linguagem nativamente cientificista, igualmente, a concepção do sujeito patológico e do sujeito não patológico. Canguilhem (2009), tal como Lacan (1964/1988), apontam esse sujeito comparativo e sua transformação, acompanhando as diferentes narrativas científicas e filosóficas do percurso histórico da ciência moderna.

De acordo com autores como Roza (1990-2009), Ernst (1992), Birman (2020) e Lacan (1964/1988), a filosofia moderna e a metafísica, transformaram-se de acordo com as mudanças de pensamentos e as divergências epistemológicas dos pensadores em seus diferentes contextos históricos e culturais. No caso da ciência, mais especificamente, no início da era moderna e subsequente, a relação sujeito e objeto se amarra, impreterivelmente, ao método de investigação e interpretação proposto. No caso de Freud, a enunciação do inconsciente, e, para Lacan, a produção e o endereçamento do discurso. De forma contínua e divergente, outros autores, pós-estruturalistas por exemplo, conceberam distintas concepções epistemológicas.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Na história da loucura contada por Foucault (1978), o autor nos conduz a uma viagem na arqueologia histórica do sujeito com a loucura, em sua relação com a moral, seu significado e a razão. Na obra, o autor traça uma estreita relação entre a loucura e as diferentes concepções e significados desta no decorrer da história, desde o final da Idade Clássica, adentrando ao Renascimento e, por fim, à modernidade. Se por um lado, na Idade Média, a loucura não era foco da preocupação do homem medieval, no Renascimento, o afastamento da doutrina racional religiosa, acaba por deslocar a loucura para o antropocentrismo, a qual se expressa como uma das facetas da razão do homem. A história da loucura é a própria história da psicologia e do sujeito patológico.

Segundo Naldinho e Cardoso (2012) Foucault produz uma filosofia crítica de práticas e discursos, entre o saber e o poder, na produção de modos de vida, bem como a necessidade de compreender tais relações de controle, na intenção de lutar contra a dominação e a sujeição ao sofrer imposto. Através da arte, Foucault encontra uma expressão da linguagem insana, o “nau dos loucos” simboliza a pluralidade das embarcações, múltiplos significados de como a loucura, no final das contas, é tudo aquilo que chamamos de humanidade, e dessa, tudo que compreendemos ou fazemos compreender sua moral, sua razão e, em suma, sua linguagem e narrativa. Para Foucault haveria uma “atitude moderna” enquanto uma capacidade no sentido da elaboração da própria subjetividade (ADORNO, 2004, p.51).

De acordo com Foucault (1978), em menos de meio século, a Europa de Luís XIV se viu com uma realidade na qual, a cada 100 (cem) pessoas em Paris, 1(uma) estava internada em instituições asilares para pessoas loucas, isso ocorria por escolha própria ou pelas autoridades policiais e jurídicas. A judicialização dos corpos e das vidas loucas, sustentavam uma prática medieval, anterior à Revolução Francesa, mantida no Renascimento (Nau dos Loucos), sustendo uma lógica de controle e exclusão dos corpos. Nesse contexto, autores como Araujo Filho (2017), Passeri (2021) e Goss (2021) exploram, em suas pesquisas, a judicialização dos conflitos escolares, o que, frequentemente, resulta na institucionalização criminosa dos chamados "atos infracionais". Do mesmo modo, a escola e as instituições de "segurança"

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

responsabilizados e caracterizados pelo fracasso escolar. Essa rotulação psicodiagnóstica alimenta práticas excludentes, semelhantes às do mundo da loucura do século XVII (FOUCAULT, 1978).

Para subverter a perspectiva de Simone de Beauvoir, podemos afirmar que ninguém nasce doente, mas torna-se doente. Tornamo-nos doentes à medida que novas categorias de adoecimento emocional são incorporadas, em discursos profissionais que, tratam as emoções como problemas de saúde mental. Ansiedade e tristeza são emoções humanas, mas, cada vez mais, são vistas sob um olhar patologizante; o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) e a depressão perdem seus limites, conforme os sujeitos se tornam incapazes de compreender e lidar com as emoções mais básicas. Laudos médicos de "ansiedade" são elaborados como se esse sentimento fosse um diagnóstico de adoecimento, e a "tristeza" associada à depressão é tratada como doença.

O sujeito saudável é aquele que não sente ou que sente pouco, que medica-se para não sentir. O sentimento, enquanto sintoma do sujeito, deixa de ser ouvido e tratado como expressão de sua subjetividade, tornando-se necessário medicá-lo para silenciá-lo. O sujeito das emoções, que até então era considerado saudável, diante da dificuldade de lidar com o que é incontável e incômodo, torna-se o sujeito da doença, criando-se assim os "doentes mentais". Isso é evidente nos casos de crianças que não obedecem a pais e professores, onde a lógica dominante é a existência de algum "problema de comportamento", criando assim, a necessidade de intervenção de especialistas. Esses especialistas são frequentemente psiquiatras, neurologistas, psicopedagogos e psicólogos, resultando em laudos para crianças que "não se comportam", como o Transtorno Opositor Desafiador (TOD). Tais diagnósticos, costumam vir acompanhados de medicações que regulem o comportamento inadequado. Segundo Fabiola Colombani (2016), estamos diante da era da "palmatória química", uma solução política e educacional rápida e fácil para os desafios enfrentados, no ambiente escolar.

Na obra "Infância Normal e Patológica: Determinantes do Desenvolvimento", publicada em 1965, Anna Freud oferece um olhar psicanalítico sobre a criança, situando a infância como



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

um período de possíveis construções subjetivas, pensadas pelo viés do desenvolvimento infantil. Freud² (1987) observa que a psicanálise, por vezes, parece se debruçar sobre uma criança adoecida, um tempo traumático, imaginário e passado, um lugar ao qual os adultos acessam na tentativa de "curar" suas dores através do retorno na análise.

Para Freud² (1987), o desenvolvimento infantil oferece a possibilidade de refletir sobre a "educação psicanalítica" ou "educação analítica" em relação à normalidade da criança, com o objetivo de despatologizar a infância, compreendendo-a enquanto projeto de civilização de um sujeito desejante e pulsional, a qual enfrenta conflitos internos e externos em sua relação com o outro e com sua própria personalidade. A educação psicanalítica encontraria, assim, uma função de prevenção do sofrimento psíquico infantil, uma tentativa de não reproduzir velhos hábitos de aviltamento à saúde mental, próprios das neuroses parentais. Todavia, prevenir completamente as neuroses não é possível, e tampouco seria saudável tentar evitá-las por completo.

Existe uma linha tênue entre a intenção de patologizar as crianças e a adoção de um ideal intrassubjetivo adoecido sobre as infâncias. Nessa perspectiva, o adulto tende a se projetar em uma função castradora do desejo infantil, podendo, inclusive, ocupar um lugar paternal inadequado quando não cuida dos processos de transferência (FREUD², 1987). Nesse ponto, é essencial destacar a importância de se escutar de forma ativa e cuidadosa o que a linguagem infantil é capaz de expressar. Essa escuta atenta é valiosa não apenas para a análise, mas também para refletir sobre as relações afetivas e educativas em espaços domésticos e escolares. Nesse sentido, “a contribuição da psicanálise à educação escolar existe, e ela se dá no campo da ética, implicando em uma mudança na postura dos que são afetados por ela” (LEITE, 2011).

Por muito tempo, a infância foi vista como uma condição de quase inexistência de um sujeito, o conceito de infância desenvolveu-se apenas após a Revolução Industrial e, mesmo assim, é frequentemente tratado como algo sob o domínio dos adultos. Para pensar uma educação analítica de crianças, é necessário revolucionar a decodificação discursiva e atualizar os papéis dos sujeitos na análise/educação. O analista ou educador precisa revisitar sua própria

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

experiência de infância, com a intenção desejante de acessar novas experiências, aquelas próprias de seus pacientes ou estudantes. Não se trata apenas de despatologizar, mas de evitar a patologização da vida, em suas condições materiais e subjetivas, com o intuito de respeitar, minimamente, as expressões de diferença. No intuito de não criar uma necessidade de especialidades, que por vezes, resultam em uma inclusão forçada, tendo em vista, a exclusão da diferença como normalidade.

Palavras-chave: patológico; medicalização; psicanálise; psicologia escolar; saúde mental.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Francesco Paolo; GROS, Frédéric; MARCIONILO, Marcos. **Foucault: a coragem da verdade.** 2004.

ARAUJO FILHO, Ismael Kalil Saffe de. **Violência nas escolas públicas de cascavel/pr e a judicialização: constatações e apontamentos.** 2017. 66 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

BIRMAN, Joel. 1946 **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade.** 3ª Ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ERNST, Cassirer. **A Filosofia do Iluminismo.** Tradução: Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** Tradução: José Teixeira Coelho Netto. Perspectiva, 1978.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos (1900).** Volume IV, edição Standar Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, imago, 2019. Disponível em: www.conexoesclinicas.com.br. Acesso em: 06 maio 2023.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923).** Tradução: Paulo César de Souza, Obras completas volume 15, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

FREUD², Anna. **Infância normal e patológica**: determinantes do desenvolvimento. Tradução de Álvaro Cabral. 4^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GOSS, Caroline Cristine. **Violência, direitos humanos e cultura de paz**: da conjuntura à educação escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde**: nêmesis da medicina. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1975.

LACAN, Jacques. (1964/1988). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário de 1964).

LEITE, Mônica Fujimura. **De que serve a psicanálise à educação**/Mônica Fujimura Leite. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Estadual de Londrina – Londrina, 2011.

NALDINHO, Thiago Canonenco; CARDOSO JR., Hélio Rebelo. A FILOSOFIA COMO MODO DE VIDA EM FOUCAULT. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 185–206, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/8201>. Acesso em: 7 maio 2024.

PASSERI, Helen Jane. **Violência escolar na perspectiva dos professores participantes dos círculos de construção de paz**. 2021. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

PESSOTTI, Isaias. Sobre a teoria da loucura no século XX. **Temas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 113-123, 2006.

ROZA, Luiz Alfredo Garcia. **Palavra e verdade na filosofia antiga e na psicanálise**. Jorge Zahar Editor Uda. Rio de Janeiro: RJ, 1990.

ROZA, Luiz Alfredo Gracia. **Freud e o inconsciente**. Jorge Zahar Ltda. Ed. 24. Rio de Janeiro: RJ, 2009.

SAFATLE, Vladimir. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **Scientiae Studia**, v. 9, p. 11-27, 2011.

VERAS, Marcelo Frederico Augusto dos Santos. **A Loucura Entre Nós**: Teoria Lacaniana das Psicoses e a Saúde Mental. 2009. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

